

Agora para a expansão da Universidade

# EXPROPRIAÇÕES EM SANTIAGO LESIVAS PARA PROPRIETÁRIOS

## • Um alerta (e um aviso) da comissão de defesa

A expropriação pela Direcção-Geral de Construções Escolares do Centro de cerca de quarenta parcelas de terreno e de uma dezena de fogos, alguns com mais de um agregado familiar, em Santiago, para a expansão da Universidade, é considerada como altamente lesiva pelos proprietários, que ameaçam desencadear formas de luta idênticas às de 1975, se não lhes for feita justiça.

Há onze anos, a luta foi travada com o Fundo de Fomento da Habitação e as máquinas só entraram nos terrenos de Santiago protegidas por forças policiaes. Em causa estavam os preços irrisórios atribuídos aos terrenos e habitações expropriadas. Dois anos depois,

chegou-se a um acordo, tendo sido fixados valores mais consentâneos do que os inicialmente propostos: 728\$00 por metro quadrado de terreno com frente para a estrada de alcatraz, 210\$00 com frente para caminhos e 65\$00 para interiores. Terrenos que, segundo a tabela de actualização oficial, em Dezembro passado, valeriam respectivamente, 4200\$00, 1205\$00 e 374\$00.

O processo de expropriações, em Santiago, para construção foi, de facto, penoso e ois que, no primeiro semestre do ano transacto, já com o mamarracho vergonhoso do «comboio de betão» seguido pelo Fundo de Fomento, surgiu o Ministério da Educação, através da DGCEC a encetar contactos

com os proprietários, com vista a aquisição amigável de terrenos para a expansão universitária, a sul da Rua do Lila.

Assim, após uma reunião havida na Universidade, sem resultados práticos, a Comissão de Defesa e Representativa dos Moradores e Proprietários de Santiago, que relatou aos jornalistas o já longo e controverso «dossier», diria que, em fins de Junho último, os proprietários começaram a receber propostas da DGCEC, mas sem que tivesse havido qualquer avaliação prévia: «tiveram a qualidade de oferecer por terrenos, incluindo as culturas, 300\$00 o metro quadrado» — observou a comissão, acrescentando que «em 1975 conhecíamos todo o registo catastral das propriedades e hoje não — por que eles nos evitam».

Quanto aos preços oferecidos, continuam a ser extremamente baixos. Para os primeiros 30 metros de terreno de frente não se vai além de 1000\$00 e os 20 metros seguintes 750\$00. Para terrenos interiores, incluindo culturas e indemnizações por todos os prejuízos causados pela expropriação, 300\$00. No que concerne a habitações, a situação é a mesma, com a oferta de valores irrisórios e que, segundo a comissão, «foram avaliadas a olho».

A comissão relatou ainda outras situações, chegando o ex-Fundo de Fomento a pedir à Câmara de Aysén 22 332 contos por um terreno sobrance que, em 1976, expropriou por 3738 contos. Logo, um organismo oficial a especular perante outro organismo oficial...

Um elemento da mesma comissão queixou-se-nos que por uma habitação sua, expropriada na mesma altura por 6 mil contos e onde reside um arquitecto daquele mesmo organismo, é pedido agora à Câmara 20 mil contos. A habitação era para ser demolida, no âmbito do Plano Habitacional de Santiago.

«Não estamos contra a expansão da Universidade, mas queremos que se faça justiça, sem a qual admitiremos que se voltem a repetir as cenas dramáticas de 1975/76», asseverou a comissão, que apela aos ministros competentes e à própria Câmara que intervenham «no sentido de acabarem com esta bagunçada».

A comissão observou ainda se seu desejo que o processo não acabe nos tribunais, que será possível a negociação amigável, mas advertiu que não tem medo disso, se não houver outra alternativa.

Denunciou ainda a comissão que na proposta recebida em Setembro do ano passado da DGCEC, para além dos valores irrisórios oferecidos pelas propriedades, omite valores vitais como o realojamento, a avaliação física das habitações e anexos, o problema dos rendeiros, os frutos pendentes, a indemnização por concessão de actividade por parte das pessoas que vivem exclusivamente do amanho das terras e a avaliação física dos terrenos.

A comissão verbeou ainda que, a partir de Fevereiro último, os proprietários de Santiago começaram a receber novas cartas do referido organismo que «segundo nos parece e a iniciação do processo judicial», já que nada altera do anterior e concedendo apenas 10 dias para aceitação das mesmas propostas...

Em suma: sacando-se, assim, o processo das expropriações de terrenos de Santiago, processo que, na opinião da comissão de defesa, foi desvirtuado na sua essência, com a venda e especulação de terrenos e a canalização para outros fins que não o da habitação.

Dia
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Equipamento - instalações

Varu - Duerno

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

